

EXECUTIVE SUMMARY

Esta edição do *Observatório do direito à alimentação e à nutrição* examina as causas, os impactos e as respostas às crises alimentar, climática e ecológica durante o ano de 2023. A publicação põe em causa as soluções falsas e motivadas pelo lucro e apresenta alternativas fundamentadas no direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (DHANA), na justiça ecossocial, na agroecologia e na soberania alimentar.

Os sistemas alimentares industriais não têm atendido às necessidades nutricionais da população do planeta. Atualmente, cerca de 800 milhões de pessoas passam fome. Nossos sistemas alimentares também produzem cerca de um terço das emissões de gases do efeito estufa, contribuindo enormemente para a crise climática e exacerbando as dificuldades de acesso à alimentação e à nutrição. A extinção em massa de espécies, a destruição de ecossistemas e a perturbação dos ciclos naturais que sustentam a vida na Terra afetam ainda mais os sistemas alimentares.

O extrativismo, a mercantilização e a financeirização da natureza agravam a exploração, a desapropriação e os despejos violentos. O controle cada vez maior dos recursos naturais por um pequeno número de empresas, pessoas e Estados muito poderosos também exacerbam a violência de gênero, as formas interseccionais de discriminação e a desigualdade.

Este relatório propõe um caminho diferente — baseado nas lutas dos povos contra a captura por grandes corporações, a lavagem verde (*greenwashing*) e as práticas neocoloniais — para promover o DHANA, reforçar os direitos humanos de camponesas e camponeses e outras pessoas que vivem em áreas rurais e garantir a soberania alimentar para todos. A publicação tem quatro seções que examinam os acontecimentos internacionais, a alimentação e a crise ecológica tripla, o colonialismo verde associado à descarbonização e as lutas de base e suas soluções para as crises climática e alimentar.

Apesar da intensificação da crise alimentar, em 2023 houve pouca ação internacional decisiva voltada a corrigir as suas causas. Em vez disso, a captura dos fóruns internacionais por grandes empresas continuou, em meio a ações para substituir o multilateralismo pelo multissetorialismo na ONU. O movimento pela soberania alimentar tem procurado defender e democratizar o multilateralismo, promovendo o papel chave do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da ONU e celebrando a criação de um Grupo de Trabalho da ONU sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais.

A crise alimentar e a crise ecológica tripla do clima, da perda de biodiversidade e da poluição são indissociáveis. Estados e grandes corporações propõem soluções tecnológicas semelhantes para cada uma dessas crises, mas desconsideram os direitos dos produtores de alimentos em pequena escala e de outras pessoas que vivem em áreas rurais. Isto ficou claro nas negociações climáticas da COP 28, que foram dominadas por soluções falsas e baseadas no lucro propostas por lobistas dos setores do agronegócio e dos combustíveis fósseis, incluindo as “soluções baseadas na natureza” e as compensações de carbono. Essas práticas perpetuam a crise climática por não enfrentarem as causas fundamentais dos problemas, e ainda exacerbam os abusos e violações dos direitos humanos. Existe a necessidade urgente de criar mecanismos de supervisão pública para proteger os direitos dos povos indígenas, camponesas e camponeses e outras pessoas que vivem em áreas rurais no contexto da comercialização de carbono.

Nos últimos anos, a descarbonização e outras abordagens orientadas pelo mercado têm sido impostas como o paradigma central para enfrentar a crise ecológica e climática. No entanto, muitas comunidades na linha de frente, organizações da sociedade civil, acadêmicos com uma visão crítica e cientistas argumentam que essas propostas agravam as crises, ao invés de resolvê-las. Em vez de proteger o planeta, este colonialismo verde simplesmente perpetua a sua destruição e a mercantilização da natureza, aprofundando as desigualdades existentes e acelerando a exploração dos recursos naturais.

Uma transformação ecossocial justa de nossos sistemas alimentares, que proteja o direito de todos à alimentação e à nutrição, só será possível através da justiça global e da promoção da soberania alimentar, da harmonia e do equilíbrio entre a humanidade e o meio ambiente. A seção final deste relatório destaca alternativas viáveis a essas falsas soluções, praticadas pelos membros da Rede Global pelo Direito à Alimentação e à Nutrição, a fim de transformar os sistemas alimentares desde a base e promover este direito humano fundamental.